

**O DEBATE PEDAGÓGICO EM TORNO DA DIVERSIDADE SEXUAL A PARTIR  
DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PARFOR**

THE PEDAGOGICAL DEBATE AROUND SEXUAL DIVERSITY BASED ON  
TEACHER TRAINING AT PARFOR

EL DEBATE PEDAGÓGICO ALREDEDOR DE LA DIVERSIDAD SEXUAL DESDE LA  
FORMACIÓN DEL PROFESORES EN PARFOR

Wollacy Esquerdo Lima<sup>1</sup> 0000-0002-8583-2994

Alexandre Adalberto Pereira Pereira<sup>2</sup> 0000-0003-4029-1415

<sup>1</sup> Universidade Federal do Amapá – Macapá, Amapá, Brasil; wollacylima@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Amapá – Macapá, Amapá, Brasil; pereiraxnd@gmail.com

**RESUMO:**

O artigo tem por objetivo descrever e analisar como o Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade PARFOR da Universidade do Estado do Amapá (UEAP) tem se organizado quanto à oferta de disciplinas e ao debate pedagógico da diversidade sexual e sua relação com a educação libertadora. Trata-se de pesquisa documental, que se utilizou da análise de projetos pedagógicos de curso (PPC), matrizes curriculares e ementários dos componentes curriculares do referido curso, os quais foram submetidos à técnica de análise do conteúdo. Os resultados demonstraram que, em detrimento do seu anúncio, o curso não contempla de forma efetiva os debates, tanto da educação libertadora quanto o debate pedagógico da diversidade sexual na formação de professores no PARFOR. Depreendeu-se que existe uma contradição entre o anunciado e o que é de fato concretizado. A partir do estudo documental de planos de curso e do projeto pedagógico, compreendeu-se que existe, sim, uma tentativa de colocar no papel o debate da diversidade, numa perspectiva democrática de inclusão, que na prática se torna inócua, pois tal anúncio visa atender apenas a adequações linguísticas e discursivas não opressivas, porém isso não significa, efetivamente, ações teóricas e práticas antiopressivas em termos da diversidade sexual.

**Palavras-chave:** diversidade sexual; formação de professores; PARFOR.

**ABSTRACT:**

The article's intention was to describe and analyze how the Pedagogy program in the modality PARFOR at The State University of Amapá - (UEAP) has been organized in regard to the syllabi and the pedagogical debate on sexual diversity and its relation to liberating education. It is a documental research, that used of the analysis of the course's pedagogical projects (PPC), curriculums and curriculum descriptions of said program, which were subjected to the content analysis technique. The results demonstrate that the program does not effectively promote debates, neither about liberating education nor about sexual diversity, rather than what is advertised about it, in the teacher training at PARFOR. It is deduced that there's a contradiction between the advertisement and what in fact happens. From the documental study of course plans and pedagogical projects, it is comprehended that there is in fact an attempt to put the diversity debate, in a democratic inclusion perspective, on board; which in practice becomes

innocuous considering the mentioned syllabi aims to attend solely to linguistic and non-oppressive discursive adequacies, however it does not encompass, effectively, theoretical actions and non-oppressive practices in terms of sexual diversity.

**Keywords:** sexual diversity; teacher education; PARFOR.

## RESUMEN:

El objetivo de este artículo es describir y analizar cómo el curso de Profesorado en Pedagogía en la modalidad PARFOR de la Universidad del Estado de Amapá – (UEAP) se ha organizado cuanto a la oferta de asignaturas y el debate pedagógico de la diversidad sexual y su relación con la educación libertadora. Es una búsqueda documental, que se utilizó de análisis de proyectos pedagógicos del curso, los cuales fueron sometidos a la técnica de análisis del contenido. Los resultados demuestran que, en detrimento de su anuncio, el curso no contempla de manera efectiva los debates, tanto de la educación libertadora, cuanto el debate pedagógico de la diversidad sexual en la formación de profesores en el PARFOR. Puedes ver que existe una contradicción entre lo anunciado y lo que de facto es concretizado. A partir de este estudio documental de planes de curso y del proyecto pedagógico, se entendió que existe sí la tentativa de poner en el papel el debate de la diversidad, en una perspectiva democrática de inclusión, lo que en la práctica es inocua, pues tal anuncio busca atender solo las adecuaciones lingüísticas y discursivas no opresivas, pero eso no significa, en efectivo, acciones teóricas y prácticas anti opresivas en termos de la diversidad sexual.

**Palabras clave:** diversidad sexual; formación de profesores; PARFOR.

## Introdução

Desde a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB/96, novos direcionamentos foram tomados em relação às exigências para a atuação na educação básica. Vasconcelos (2016) aponta que, após a promulgação desta Lei, passou a existir uma exigência em “padronizar” a atuação docente ao longo dos séculos. Tal modelo formativo padronizador resultou em uma política de formação de professores completamente alinhada com as perspectivas neoliberais: fragmentada, instantânea, precarizada, que capitaliza o tempo de férias e que, nas palavras de Santos e Souza (2022, p. 2), visa “(con)formar o professor-discente a uma lógica mercadológica de formação”. Esta padronização se deu a partir da premissa de que os professores atuantes na educação básica devem ter uma formação mínima em nível superior, em curso de licenciatura plena, em universidades e institutos superiores de educação.

Para Vasconcelos (2016), esta exigência causou uma grande corrida pela certificação de professores da educação básica. Rodrigues e Abreu (2020) advertem que houve uma corrida por certificação acelerada em larga escala e a formação em serviço, até a criação de programas emergenciais para diplomar professores atuantes na educação básica sem formação específica na área em que atuam, sendo um destes programas o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

Criado através do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 (e posteriormente revogado pelo Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016), este programa tem como objetivo, em seu discurso oficial, fortalecer a oferta da educação superior aos docentes em exercício no âmbito da educação da rede pública (Brasil/MEC, 2009). Treze anos após a sua criação, é inegável que o PARFOR diplomou um grande quantitativo de professores em diversas regiões do Brasil.

Santos e Souza (2022) apontam que, mesmo diante dos quantitativos, não se pode deixar de considerar que o PARFOR é uma política implantada em um Estado reformador neoliberal, que reduz o avanço social através da ineficiência. Além disso, as autores advertem que:

[...] o PARFOR se insere na perspectiva do gerencialismo neoliberal da formação de professores e alinha-se às exigências dos Órgãos Internacionais, sobretudo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico–OCDE, para consolidar a conformação aligeirada dos professores, consolidando-os como intelectuais orgânicos indispensáveis à conformação de que o modo de produção capitalista é o único possível. Os professores podem então, agir como protagonistas para o consentimento da contrarreforma que vem se implantando e ameaçando a Educação Superior brasileira (Santos; Souza, 2022, p. 8).

Nesta perspectiva, compreende-se que para o alinhamento da perspectiva neoliberal, a formação de professores no PARFOR torna-se indispensável, devido ao seu caráter formativo acelerado, o que resulta na retirada do caráter crítico destes professores em formação, para assim, torná-los intelectuais orgânicos indispensáveis para a conformação do modo de produção capitalista. Vasconcelos (2016) questiona a qualidade desta formação, em especial nas regiões amazônicas, devido à precariedade da educação oferecida pelo PARFOR em diversos estados da região Norte.

Vasconcelos (2016), em sua tese de doutorado, denuncia uma visão discriminatória por parte de autoridades, professores, prefeitos e secretários de educação, que se referem aos professores em formação no PARFOR como “caboclos de interior” incapazes de aprender, e por isso muitos conteúdos passam despercebidos ao longo do curso, o que tem fortalecido o caráter orgânico da intelectualidade destes professores nas regiões amazônicas.

Na Amazônia amapaense, segundo o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente (FEDAP) (PARFOR, 2022), a procura por formação no PARFOR se dá em sua grande maioria no Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado do Amapá. Esta universidade traz na proposta pedagógica do curso de Pedagogia, características que apontam para uma formação promissora da consciência crítica e da aceitação das diferenças nas escolas, o que leva à hipótese de que existem debates em torno das diversidades, surgindo a necessidade

de compreender: como o debate pedagógico da diversidade sexual sob a perspectiva da educação libertadora é contemplado na formação de professores pelo PARFOR nesta IES?

A fim de responder à presente questão de pesquisa, o artigo objetivou descrever e analisar como o curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade PARFOR da Universidade do Estado do Amapá (UEAP) tem se organizado quanto à oferta de disciplinas e temáticas relacionadas ao debate pedagógico da diversidade sexual, através do Projeto Pedagógico de Curso, grade curricular e ementários.

## **Percurso metodológico**

Esta pesquisa trata-se de parte de uma dissertação de mestrado, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Universidade Federal do Amapá, tendo como marco temporal de sua realização o período de 2021 a 2023. Vale destacar que os pesquisadores possuem anuência institucional da Universidade do Estado do Amapá para realizarem a análise proposta, e alguns dos documentos foram compartilhados via *e-mail* devido à matriz curricular do Curso de Pedagogia do PARFOR ser diferente da do curso regular.

Para promover o alcance dos objetivos propostos, este trabalho embasou-se no desenvolvimento de um estudo de caso, fundamentado na metodologia de pesquisa qualitativa de caráter documental. Salvador (1986) descreve que este tipo se caracteriza pela análise particular de documentos oficiais selecionados pelo(s) pesquisador(es), na tentativa de obter dados específicos mediante a sua consulta, a fim de encontrar subsídios para as análises baseadas nos objetivos iniciais. Nesse sentido, a base de investigação da pesquisa foi constituída pelo Projeto Político Pedagógico (PPC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade PARFOR, da UEAP.

Ao se analisar o PPC do Curso de Pedagogia do PARFOR da UEAP, buscou-se identificar temáticas relacionadas ao debate pedagógico da diversidade sexual e da educação libertadora no aporte teórico que fundamenta a elaboração deste documento. A matriz curricular foi analisada visando identificar disciplinas relacionadas ao tema da educação libertadora, às diversidades e à diversidade sexual. Após este levantamento, foram analisados os ementários dos Componentes Curriculares na perspectiva de encontrar a temática diversidade sexual e possíveis aproximações com a educação libertadora, em disciplinas específicas ou de forma transversal, na organização dos conteúdos trabalhados. Para a análise, optou-se por utilizar a técnica da análise do conteúdo, de Bardin (2004), que conceitua esta técnica como uma análise

que busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagem.

## Resultados e discussões

O curso de Licenciatura em Pedagogia do PARFOR foi instituído na UEAP por meio de um convênio assinado com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2010, no qual ingressaram 05 (cinco) turmas. Vale ressaltar que essas turmas do PARFOR ingressaram com um novo Projeto Político Pedagógico, o qual passou por um processo de análise de uma comissão nomeada através da Portaria n. 071, da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), em 03 novembro de 2008, com o intuito de promover melhorias e reformulações para adequá-lo à realidade da instituição. Segundo a UEAP (2009), através de reformulações, as turmas do PARFOR já iniciavam com um PPC atualizado e aprovado em 2009.

Logo, segundo seu Projeto Político Pedagógico, a criação deste curso tem por:

[...] finalidade propiciar, por meio da investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de diversos campos de conhecimentos como o sociológico, o político, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico e o cultural, visando nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não-escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino, visando contribuir com a formação profissional qualificada e com o processo de democratização e universalização da Educação Básica (UEAP - PPC – Pedagogia/PARFOR, 2009, p. 13).

Nesse sentido, compreende-se que a criação do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amapá partiu da necessidade de suprir as demandas do estado pelo fortalecimento da educação amapaense, através da formação de pedagogos que fossem capazes de uma compreensão crítica e com experiência de planejamento na realidade educacional do Amapá. Nesse documento, é afirmado que a criação deste curso na instituição visa “oportunizar a formação profissional para o exercício da docência, [...] capaz de compreender o mundo que os cerca e os problemas educacionais” (UEAP - PPC – Pedagogia/PARFOR, 2009, p. 16). Nesta perspectiva, os documentos oficiais da IES investigada trazem em seus discursos apontamentos de uma formação crítica. Porém, quando se trata de formar esses professores na modalidade do PARFOR, o discurso neoliberal se faz mais evidente, devido aos professores cursistas terem

que dispor de seu tempo e de seu descanso para conseguirem atender à exigência de formação das políticas educacionais vigentes.

Santos e Souza (2022) apontam que a precarização que há nesta modalidade se baseia nas tentativas de diplomar o maior número de professores possível. Esta característica formativa leva este estudo a direcionar-se na tentativa de verificar como a temática da diversidade sexual é vista na formação destes professores, o que dar-se-á através da análise do currículo da formação em Pedagogia pelo PARFOR, proporcionada pela UEAP.

### **O currículo da formação em Pedagogia da UEAP e a temática da diversidade sexual na perspectiva da educação libertadora**

O Curso de Pedagogia do PARFOR/UEAP, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, propõe o currículo básico para a formação de professores da Educação Básica. O Projeto Pedagógico do Curso distribui sua carga horária total de 3.880 (três mil, oitocentos e oitenta) horas, divididas em 62 disciplinas, sendo 3.000 (três mil) horas de atividades formativas, 420 (quatrocentas e vinte) horas de Prática Pedagógica, 360 (trezentas e sessenta) horas de Estágio Curricular Supervisionado e 100 (cem) horas de atividades teórico-práticas.

No sentido investigativo do Currículo, buscou-se verificar como essa formação proporcionada pelo curso de Pedagogia do PARFOR/UEAP tem aproximações com a Educação Libertadora, no sentido de dar contribuições para que estes acadêmicos se engajem no processo de enfrentamento à LGBTQIA+fobia na educação básica amapaense.

Nesta perspectiva, ao fazer um levantamento do ementário de disciplinas, surgiu a necessidade de se ter um olhar crítico para a compreensão de como as temáticas da diversidade sexual e enfrentamento à LGBTQIA+fobia se expressam no currículo de formação em Pedagogia na modalidade PARFOR da UEAP. No PPC do referido curso consta que:

O currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia contempla a educação para a diversidade, bem como o conceito antropológico de cultura e sociedade; as relações de gênero e sexualidade; relações étnico-raciais na escola e a diversidade sociocultural na Amazônia. Estas temáticas estão inclusas no rol de disciplinas ofertadas do curso (UEAP - PPC – Pedagogia/PARFOR, 2009).

Ao ler estes apontamentos, levantou-se a hipótese de que o curso de formação em Pedagogia pelo PARFOR da UEAP era um dos poucos que proporcionavam aos acadêmicos o debate pedagógico sobre a diversidade sexual e de gênero na formação de professores, o que

era tido como um ponto positivo para uma formação que instigasse o enfrentamento da LGBTQIA+fobia na educação básica. Porém esta hipótese precisava ser confirmada, e para isso foi necessário verificar a existência de tais disciplinas na grade curricular do Curso de Pedagogia do PARFOR da IES analisada.

Para anteceder a análise, foi realizado um levantamento a fim de verificar perspectivas da educação libertadora com base na obra de Paulo Freire nas disciplinas ofertadas, através de suas ementas e do conteúdo programático de 62 disciplinas no PPC do curso de Pedagogia da IES.

Nesta primeira etapa, verificou-se que Freire é citado em apenas três disciplinas, intituladas “*Educação de Jovens e Adultos*”, “*Pedagogia em Ambientes Não-Escolares*” e “*Educação, Diversidade e Interculturalidade*”. Com o intuito de verificar como as obras do autor são inseridas nas discussões de tais disciplinas, realizou-se uma análise nas ementas, nos planos de curso e nas bibliografias destes componentes curriculares.

Detectou-se que Freire é discutido de maneira precária e enviesada, de forma transversal, em duas das três disciplinas, “*Educação de Jovens e Adultos*” e “*Pedagogia em Ambientes Não-Escolares*”. Nestas não constam obras próprias do autor, porém na ementa se propõem discussões como “Introdução ao pensamento de Paulo Freire” ou mesmo “O que é o método de Paulo Freire?”, entretanto, não se inserem estudos de suas obras nas bibliografias e nem nos planos de curso, o que caracteriza versões comentadas por terceiros sobre a pedagogia de Paulo Freire, onde o autor é fonte secundária. No que se refere a esta investigação, verificou-se que apenas na disciplina intitulada “*Educação, Diversidade e Interculturalidade*”, as discussões de Paulo Freire são contempladas, mas somente por uma obra, *Educação e Mudança* (1997), sendo, portanto, a única disciplina que propõe discussão de uma obra própria do autor.

A segunda parte desta análise curricular se propõe a buscar evidências sobre a formação proporcionada pelo PARFOR no Curso de Pedagogia, na tentativa de verificar se ela aborda as temáticas de diversidade sexual e o enfrentamento à LGBTQIA+fobia em seu processo formativo. Ao procurar no rol de disciplinas, surgiu a hipótese de que na parte diversificada do currículo estas temáticas seriam contempladas. Para se chegar a respostas concretas sobre a hipótese levantada, foram selecionadas no fluxo curricular do curso disciplinas que contemplassem a discussão sobre “diversidade”, e nelas, possíveis aproximações com a educação libertadora de Paulo Freire. Com essa seleção, foram encontradas as disciplinas apresentadas no Quadro 1:

**Quadro 1**– Disciplinas que estão relacionadas à diversidade:

Disciplinas	Período	Carga horária
Pedagogia em Ambientes Não Escolares	7º Semestre	60h
Educação, Diversidade e Interculturalidade	4º Semestre	60h
Educação Indígena	7º Semestre	60h
Educação e Comunidades Afrodescendentes	6º Semestre	60h
Educação em Direitos Humanos e Diversidade	6º Semestre	60h

Fonte: PPC/Pedagogia/PARFOR/UEAP. Disponível em: [www.ueap.edu.br/página/PARFOR](http://www.ueap.edu.br/página/PARFOR)

Após esse levantamento, no qual foram analisadas disciplinas que contemplam temáticas sobre diversidade de modo mais geral, iniciou-se uma verificação para confirmar se a temática da diversidade sexual é contemplada nas discussões, além de buscar possíveis aproximações com a educação libertadora.

### **Disciplinas relacionadas ao debate das “diversidades” e aproximações com a Educação Libertadora**

Nesta subseção, analisar-se-ão as disciplinas do curso que podem estar ligadas à temática da diversidade de modo geral e suas possíveis aproximações com a educação libertadora.

Logeto (2020) diz que as disciplinas se constituem por discursos que delimitam determinadas visões de mundo, as quais se relacionam aos mecanismos institucionais da comunidade científica em seu processo de produção de conhecimento. Entende-se que os conteúdos são responsáveis por transmitir em sua gênese determinadas visões de mundo que se entrelaçam nos currículos. Esta característica do currículo é explicitada nos estudos de Tomaz Tadeu Silva (1999), que descrevem este campo como um lugar de disputas ideológicas de poder e hegemonia. Na tentativa de evidenciar como as temáticas de diversidade sexual se concentram nesta perspectiva, buscou-se no rol disciplinas do Curso componentes que englobassem pressupostos para a discussão sobre as diversidades e as perspectivas da educação libertadora no currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade PARFOR da IES estudada.

No fluxograma do curso, constatou-se a existência de 4 (quatro) disciplinas obrigatórias relacionadas às diversidades. Estas são apresentadas em seu ementário como disciplinas que envolvem discussões como a valorização das diversidades, das identidades e das diferenças. Cabe aqui analisar se elas possuem aproximações com a educação libertadora por serem apresentadas com pressupostos baseados em reivindicações dos movimentos sociais, das minorias e dos processos históricos que envolvem a construção da sociedade.



Em relação à disciplina “*Pedagogia em Ambientes não escolares*”, vale destacar que esta tem um olhar aos movimentos sociais, às pedagogias sociais de rua, porém em sua bibliografia e no conteúdo programático percebe-se que estes movimentos sociais estudados se referem apenas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Verificou-se que não existem vestígios de atenção aos demais movimentos sociais, como o movimento negro, o indígena, o LGBTQIA+ e outros, ainda que essas discussões estivessem interseccionadas ao movimento “dos Sem Terra”. Assim, percebe-se uma fragilidade relacionada aos movimentos sociais, por serem entendidos como representantes da diversidade no Brasil, segundo Miguel Arroyo (2017). Nesta concepção, o autor justifica a necessidade de compreensão da luta de movimentos sociais por aceitação de diferenças e direitos retirados ao longo da história da humanidade, e propõe outras pedagogias, para além dos ambientes escolares, como possibilidade de construção da consciência crítica dos indivíduos.

No que se trata de aproximações com a educação libertadora, esta disciplina não se fundamenta na base da educação libertadora, devido à inexistência de obras que apontem para a conscientização crítica dos indivíduos, além de não contemplar questões que propõem pedagogias de cunho popular, como é proposto na sua ementa.

A disciplina “*Educação Indígena*” propõe uma discussão relacionada entre a escola e a construção da identidade na diversidade, considerado um elemento indispensável para a formação humana dos acadêmicos de Pedagogia no PARFOR. Verificou-se neste componente curricular que os estudos sobre a educação escolar indígena são muito pertinentes em relação à realidade regional amazônica, porém na bibliografia e no conteúdo programático não se abrem possibilidades de discussão sobre a relação entre a escola e a aceitação das diferenças. Quando verificado, este ementário propõe estudos sobre as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, a história dos indígenas no Brasil, e um eixo sobre leitura e escrita em escolas indígenas.

Compreende-se que esta proposta se apresenta sob uma perspectiva na ementa e em seu plano de curso e bibliografias sugeridas, mas isso acaba sendo camuflado devido à falta de discussões em torno da aceitação das diferenças nas escolas, sendo um ponto que se distancia de pressupostos da educação libertadora, que em sua gênese propõe uma reflexão crítica e problematizadora sobre a realidade social. Entende-se que a relação entre os estudos de Paulo Freire e a Educação Indígena proporcionaria uma vasta compreensão sobre as estruturas de poder que permeiam a educação, além de também proporcionar a construção da identidade de resistência, por se fundamentar em pressupostos de um ato político questionador.

No que se trata da disciplina “*Educação e Comunidades Afrodescendentes*”, esta faz um debate sobre as relações entre o movimento negro e a educação. Em sua ementa e no conteúdo programático, foram encontrados debates como diversidade na escola, enfrentamento ao racismo, valorização das diferenças, currículo e a identidade cultural. Neste componente, os estudos que envolvem as diversidades aparecem de forma mais abrangente, sendo um ponto positivo para os estudos das Relações Étnico-Raciais.

Nesta perspectiva, Logeto (2020) advoga que, abrindo discussões sobre as diversidades na formação de professores, as diferenças e as mudanças na reorganização dos currículos demonstram alterações nas estruturas de poder e de controle que, por sua vez, afetarão as relações sociais. Entende-se que quando se reorganizam os currículos para inserir discussões relacionadas às diversidades, estas afetarão as relações sociais, marcadas por preconceitos e discriminações de cunho étnico-racial.

No que se trata de aproximações com a educação libertadora, não existem discussões que se ligam diretamente, porém a disciplina traz pontos fortes que se conectam à perspectiva freiriana, como a problematização da realidade enfrentada por negros no Brasil, além de uma leitura crítica sobre o acesso deste grupo à educação escolar.

Quanto à disciplina “*Educação em Direitos Humanos e Diversidade*”, ao que tudo indica, são raras as discussões que englobam os direitos de minorias sociais. Nesta disciplina, os autores selecionados são usados de forma genérica, sem abrir discussões sobre as especificidades que envolvem a humanidade, como as diversidades étnicas, sexuais e de gênero, por exemplo. Foi detectado nesta análise também que, mesmo que em sua ementa esta disciplina traga a ideia de que serão debatidos temas como preconceito, discriminação e práticas educativas fundamentadas neste viés, porém, no plano de curso e nas bibliografias não foram encontrados debates como o enfrentamento ao racismo e à LGBTQIA+fobia, nem tampouco o enfrentamento a preconceitos à luz dos direitos humanos. Vale destacar que, ao ler a proposta da ementa, surgiu a hipótese de que existiriam a discussão da aceitação da diversidade sexual e o combate a preconceitos contra pessoas LGBTQIA+ e outras minorias sociais, porém, na verdade, isso não existe. Neste viés, apontam-se contradições entre a proposta do PPC, as disciplinas e o que realmente se estuda, sendo um ponto negativo para o enfrentamento à LGBTQIA+fobia nos espaços educativos, que se entrelaçam à moralidade religiosa cristã apontada por Apple (2003).

Quando se trata de possíveis aproximações com a educação libertadora, percebe-se que não existem relações, devido à inexistência de um debate crítico e amplo sobre como se dão os

processos de subalternização contra os grupos minoritários, além da falta de reflexão crítica sobre os direitos da pessoa que passa por processos de discriminação como a LGBTQIA+fobia.

Nesse sentido, esta análise depreende que, para além do silenciamento negligente com relação ao debate sobre o enfrentamento da LGBTQIA+fobia e diversidade sexual no processo formativo, as unidades curriculares analisadas também negam a reflexão ampla e interseccional do debate contra as opressões de gênero, raça e sexualidade, numa análise relacional com os demais movimentos sociais.

### **O ensino da “Diversidade Sexual” e possíveis aproximações com a educação libertadora no curso de Pedagogia do PARFOR, na UEAP**

Nesta análise, a disciplina que traz uma proposta mais “ampla” sobre o debate da diversidade sexual e de gênero, no curso de Licenciatura em Pedagogia do PARFOR, na UEAP, é “*Educação, Diversidade e Interculturalidade*”, ofertada no 4º semestre, apresentando em sua ementa e no seu plano de curso uma proposta relacionada ao conceito de Educação para a diversidade; Identidades e Interculturalidade; Conceito antropológico de cultura e sociedade; Educação e cultura; As relações de gênero e sexualidade; Relações étnico-raciais na escola; e A cultura e a diversidade sociocultural na Amazônia.

Nesta disciplina, ao que tudo indica, o conceito de diversidade está firmado em uma discussão que engloba os estudos interculturais, sendo uma contribuição positiva, pois a interculturalidade é apontada por Fleiri (2003) e por Coppette (2012) como uma proposta afirmativa para a diversidade, ao promover uma consciência política sobre a realidade social, sendo colocada em prática por intermédio do diálogo entre os diferentes grupos, que são definidos pelos autores como minorias sociais que buscam o reconhecimento de suas identidades. Logo, compreende-se que olhar as diversidades sob uma perspectiva intercultural é um ponto positivo para a compreensão de processos opressivos que permeiam a sociedade, como a LGBTQIA+fobia.

Na tentativa de verificar se a temática da diversidade sexual é contemplada nesta disciplina, houve a necessidade de uma análise da sua ementa e do seu plano de curso, no sentido investigativo, buscando possíveis aproximações da temática com a educação libertadora.

Quanto ao que trata acerca de discussões sobre a diversidade sexual, a disciplina traz autores como Guacira Lopes Louro e seus estudos sobre Corpo, Gênero e Sexualidade (2003), nos quais essa autora faz um debate sobre a concepção do corpo como social e historicamente

construído em discursos atravessados pelas relações de poder. A disciplina traz também o debate sobre diferenças e preconceitos na escola, com base em Aquino (1998). Ao que tudo indica, a disciplina pode abrir uma discussão importante sobre a temática da diversidade sexual, e até mesmo sobre a LGBTQIA+fobia, como um fator que se entrelaça na construção social dos corpos.

Nesta compreensão, Soares e Monteiro (2019) advertem que:

A perspectiva histórica e sociocultural da sexualidade e do gênero vem ganhando visibilidade nos meios acadêmicos, mas a sensibilização das pessoas não se efetiva num curto período. É necessária uma proposta permanente de discussão dos temas no ensino formal, sinalizando para que os cursos superiores, principalmente as licenciaturas, incluam em seus currículos essas questões. [...] Talvez em virtude da transversalidade do tema, este acaba sendo menos valorizado do que os demais conteúdos dos currículos, e em alguns casos não é incluído (Soares; Monteiro, 2019, p. 302).

Compreende-se que o contato com o tema em um curto período de tempo não causa muitas perspectivas para a transformação de uma realidade marcada por preconceitos e violências contra estudantes LGBTQIA+. As autoras destacam que, muitas vezes, estes temas são vistos como transversais e acabam sendo desvalorizados em relação aos demais conteúdos propostos no processo de formação de professores. Isso leva a entender que muitas vezes a temática é colocada em discussão, porém de forma isolada, pontualmente em momentos específicos da formação – e, como no caso da UEAP, em uma única disciplina e em um curto período de tempo, o que acaba por não trazer grandes sensibilizações aos acadêmicos em relação à diversidade sexual ou mesmo ao enfrentamento à LGBTQIA+fobia. Ocorre que, assim como o racismo, o machismo e outros processos opressivos, a LGBTQIA+Fobia trata-se de um preconceito estrutural, e deve, portanto, ter mais momentos de discussão ao longo do curso para sua efetiva conscientização e mudança dos paradigmas sociais baseados nessas opressões.

Ao olhar o PARFOR sob uma perspectiva crítica, é possível dizer que estes temas podem ou não ser vistos ou estudados, devido ao período das aulas (nas férias escolares) ou na programação de uma disciplina em alguns dias, por exemplo. Vasconcelos (2016) diz que o PARFOR é constantemente redesenhado devido à corrida descontrolada dessas políticas educacionais em formar professores.

Vale destacar que a falta de sensibilização, ou mesmo de conhecimentos relacionados a temáticas da diversidade sexual nos cursos de formação de professores, tem sido um fator

determinante para processos opressivos contra estudantes LGBTQIA+ nos ambientes formativos. Dinis (2011) diz que a falta de conhecimento sobre a temática causa:

[...] a ignorância sobre o tema, assim como a presunção assumida por professoras/es de que a escola só deva discutir assuntos universais, sendo somente a norma da heterossexualidade concebida como o natural e universal, [o que] exclui a sexualidade de estudantes LGBTTs e faz com que a diversidade sexual e de gênero seja um tema excluído do currículo, mesmo das aulas de educação sexual (Dinis, 2011, p. 47).

Nesta perspectiva, é importante destacar que os professores matriculados no curso de Pedagogia do PARFOR na UEAP já atuam na educação básica e já possuem uma vasta experiência com a docência, o que é um ponto muito importante para se debater temas relacionados à diversidade sexual, pois eles poderiam apontar situações relacionadas a suas experiências profissionais.

Em relação a aproximações com a educação libertadora, no sentido investigativo buscou-se também, nestes componentes curriculares, verificar em seu plano de curso, na ementa e nas bibliografias, possibilidades de discussão das temáticas propostas com as obras de Paulo Freire.

Ao se verificar os estudos propostos pela disciplina, desvela-se a obra *Educação e Mudança*, de Freire (2005), entre as bibliografias sugeridas. Em síntese, esta obra traz importantes reflexões sobre a conscientização e a mudança a partir do compromisso do trabalho social e de uma educação pautada no diálogo, que traz, dentre suas características, o respeito à história e à vivência dos educandos. Nesta concepção, a educação é vista como um ato de conhecimento e transformação social, tendo aproximações com o cunho político.

Relacionando os objetivos da disciplina, esta propõe um debate aberto com as diversidades, no sentido de olhar, sob uma perspectiva intercultural, a formação e a valorização das identidades. Entende-se que existem contribuições valiosas na relação entre os estudos interculturais, os estudos sobre gênero e sexualidade e pressupostos de uma educação libertadora no processo de formação de professores.

Em uma análise crítica sobre a proposta da disciplina e o ensino da “diversidade sexual” na formação de professores, percebe-se que existem algumas dificuldades como, por exemplo, as aulas serem intensivas, no período das férias. Nesta análise do PPC do curso, surge um indicativo de que a temática é vista apenas nesta disciplina e de forma transversal, sendo um ponto negativo, pois sabe-se que o público atendido pelo PARFOR são professores com muita experiência (não raramente com mais de 10 anos atuando no magistério) e poucas oportunidades formativas (Vasconcelos, 2016, p. 139).

Vasconcelos (2016) reforça que destas poucas oportunidades formativas que o professor possui, quando ele ingressa no PARFOR existe uma grande quantidade de conteúdos e muitos passam despercebidos, pois “o PARFOR impõe um regime de oito horas diárias de trabalho para abarcar uma grande quantidade de conteúdos que são ministrados em pouco tempo e sem condições ideais” (Vasconcelos, 2016, p. 152). Ou seja, as poucas oportunidades que os professores em formação neste programa possuem de ter contato com discussões como as da diversidade sexual e do enfrentamento à LGBTQIA+fobia passam muitas vezes despercebidas ou de forma superficial, não garantindo a sensibilização necessária com as temáticas neste processo formativo.

### **Desafios entre o currículo e a formação para a diversidade na perspectiva da educação libertadora**

Nesta análise, percorreram-se caminhos para chegar a disciplinas que englobam temáticas voltadas à valorização das diversidades, na tentativa de verificar como ajudariam na aceitação das diferenças, das culturas, além da compreensão do processo histórico da sociedade, da cidadania e dos direitos da pessoa humana. Chegou-se ao resultado de que o PPC do Curso de Pedagogia do PARFOR da UEAP abre poucas possibilidades para o debate acerca da Diversidade Sexual de modo mais aproximado, pois isso ocorre em apenas uma disciplina, a qual proporciona, ainda que de modo transversal, o debate de uma educação libertadora, porém a qualidade da formação proporcionada pelo PARFOR pode comprometer a discussão sobre o enfrentamento à LGBTQIA+fobia devido à grande quantidade de conteúdos que os professores devem estudar no curto período das férias escolares.

Entende-se, sob a perspectiva de Soares e Monteiro (2019), que não se efetiva a compreensão crítica e libertadora dos educandos em um curto período de tempo, e para isso existe a necessidade de os currículos, principalmente os de licenciaturas, abrirem discussões sobre gênero e sexualidade, pois a falta de um diálogo acerca da diversidade sexual contribui para o silenciamento, invisibilidade e exclusão das pessoas que assumem padrões fora da matriz heterossexual, principalmente no ambiente escolar, reforçando valores heteronormativos.

Portanto, chegou-se à conclusão de que o perfil formativo proposto pelo PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia do PARFOR, que é “contribuir com a formação profissional qualificada e com o processo de democratização e universalização da Educação Básica”, deixa de abrir, de modo efetivo, um debate crítico sobre a diversidade sexual em seu currículo, e mesmo que esta discussão conste em seu ementário, em uma única disciplina, entende-se que

não se abrem possibilidades de conscientização, sensibilidade e perspectivas para o enfrentamento à LGBTQIA+fobia na educação, sendo um ponto de contradição na proposta do perfil formativo do PPC analisado, que é formar um educador que irá usar dos conhecimentos adquiridos para ampliar o caráter democrático dos espaços educativos.

Neste diapasão, aponta-se a necessidade de uma compreensão do currículo de forma crítica, junto à inserção de temáticas que proporcionarão a emancipação dos sujeitos em relação aos problemas que os cercam. Sacristán (2020) pontua que:

[...] o ressurgimento do pensamento crítico em educação conduzido por paradigmas mais comprometidos com a emancipação do homem em relação aos condicionamentos sociais; a maior conscientização do professorado sobre seu papel ativo e histórico são, entre outros, os fatores que fundamentam a mudança de perspectiva (Sacristán, 2020, p. 47).

Compreende-se que o contato com as temáticas subsidia a conscientização dos professores em formação com relação à LGBTQIA+fobia como um problema social que se faz presente na escola, de forma explícita.

Vale ressaltar que Freire (1967) chama a atenção para a necessidade de uma “educação que possibilite ao homem a discussão de consciência crítica nos alunos. Uma educação que possibilite ao homem uma discussão corajosa de sua problemática, de sua inserção nesta problemática, e [para] que tivesse força e a coragem de lutar” (Freire, 1967, p. 90). Se a formação possui um caráter engajador que se firma através do diálogo entre as diversas identidades e culturas, esta assume uma característica problematizadora, capaz de levantar pautas importantes como o enfrentamento à LGBTQIA+fobia na educação.

Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo (Freire, 1987, p. 39).

Portanto, aponta-se para a necessidade de se ter um currículo pensado sobre os pressupostos da realidade social vigente, além de se abrir os debates sobre a diversidade sexual e o enfrentamento à LGBTQIA+fobia em disciplinas que proponham discussões sobre os movimentos sociais, as diversidades e os direitos humanos como uma urgência em tempos marcados pelo conservadorismo e pelas políticas neoliberais.

## Considerações finais

A partir dos objetivos deste estudo, verificou-se que existem contradições no discurso presente na parte teórica do PPC, naquilo que se refere às discussões e aos debates pedagógicos da diversidade sexual e da educação libertadora. Cabe destacar que as ementas e os planos de curso que evidenciam em seu discurso a contemplação destes debates, acabam por tratá-los como temas transversais, que muitas vezes passam despercebidos na formação proporcionada pelo PARFOR, devido à qualidade dessa formação, que se entrelaça em jornadas de estudo cansativas, não cumprimento da carga horária proposta e outros problemas, o que Vasconcelos (2016) aponta como uma discriminação por parte dos formadores em relação aos acadêmicos, vistos como “incapazes de aprender”.

Compreende-se que existe a necessidade de um debate mais amplo e efetivo das temáticas investigadas, devido aos acadêmicos já possuírem uma longa jornada na educação básica, o que seria um ponto positivo para o enfrentamento de problemas sociais como a LGBTQIA+fobia. Destaca-se que a análise foi documental, e o PPC que é utilizado na formação no PARFOR é diferente da modalidade regular. Assim sugere-se para as próximas pesquisas um estudo comparativo entre os dois PPC's, na tentativa de verificar se esses debates têm se dado por meio das disciplinas.

## Referências

APPLE, Michel W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. (Biblioteca freiriana; v.5)

AQUINO, Julio Groppa (org.). **Diferenças e Preconceitos na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Lisboa- Portugal: Ed.70, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providencias. Brasília: Senado federal, 2009. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/norma/411017#:~:text=INSTITUI%20A%20POLITICA%20NACIONAL%20DE,CONTINUADA%2C%20E%20DA%20OUTRAS%20PROVIDENCIAS>.

Acesso em: 22 fev. 2022.



BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília: Casa Civil, 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm#art19](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm#art19). Acesso em: 22 fev. 2022.

COPPETTE, Maria C. **Educação Intercultural e sensibilidade:** possibilidades para a docência. 2012. 593 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a04>. Acesso em: 21 fev. 2022.

FLEIRI, Reinaldo M. Intercultura e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 16-35, maio/ago. 2003. Acesso em: 21 fev. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LOGETO, Michele Sodré. **A recontextualiza o das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nos currículos dos cursos de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.** Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, G nero e Sexualidade:** um debate contemporâneo na educa o. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

PARFOR. Fórum Estadual Permanente de Apoio   Forma o Docente – FEDAP-AP. Política Nacional de Forma o de Profissionais do Magistério da Educa o Básica. **Relatório das Atividades do PARFOR e FEDAP/AP. ANO 2022.** Macapá: PARFOR, dez. 2022.

SACRISTÁN, José Gemenio. **O currículo: uma reflexão sobre a prática** [recurso eletr nico]. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2020.

SALVADOR, Angelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica.** 11. ed. São Paulo: Sulinas, 1986.

SANTOS, Sueli Andrade dos.; SOUZA, Maria de Fátima Matos de. O PARFOR como Política Pública de (com)forma o de professores: reflexões necessárias. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 7, p. e45211730202, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.30202. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30202>. Acesso em: 8 abr. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos e identidade:** uma introdu o às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, Zeline Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, Curitiba, v.35, n. 73, p. 287-305, jan./fev. 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ (UEAP). **Projeto Pedagógico de Pedagogia/PARFOR**. Macapá, 2009.

VASCONCELOS, Elizandra Rego de. **A formação de professores na Amazônia e as dimensões socioambientais**: um estudo sobre o PARFOR. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

#### **SOBRE O/AS AUTOR/AS**

**Wollacy Esquerdo Lima**. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amapá. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0884617480368281>

**Alexandre Adalberto Pereira**. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Docente da Universidade Federal do Amapá. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4232386051172176>

#### **Como citar**

LIMA, Wollacy Esquerdo; PEREIRA, Alexandre Adalberto Pereira. O debate pedagógico em torno da diversidade sexual a partir da formação de professores no PARFOR. **Revista Espaço do Currículo**, v. 17, n. 1, e66805, 2024. DOI: 10.15687/rec.v17i1.66805